

O espaço produzido e a segregação¹

Flávia Cristine da Silva
Presidente Prudente/São Paulo - Brasil
Universidade Estadual Paulista
flavinhageo@hotmail.com

Resumo

Visando contribuir para o estudo da segregação socioespacial e da fragmentação urbana em cidades médias. Buscamos verificar em que medida a produção do espaço têm influenciado no processo segregacional urbano e vice-versa. Também analisamos em que medida os moradores, em função de suas áreas de *habitat* urbano, vivem a segregação por meio de suas práticas socioespaciais; assim, estudamos como se constitui a visão dos segregados, sobre a cidade, compreendida enquanto totalidade. Neste trabalho utilizamo-nos de entrevistas-depoimento, os entrevistados foram: uma dona-de-casa, um deficiente físico, uma estudante, um desempregado, uma idosa e um comerciante, todos residentes no bairro.

Palavras-chave: Geografia Urbana; Segregação Socioespacial; Presidente Prudente.

¹ Este trabalho é parte da monografia de bacharelado em geografia da autora, sob orientação da prof^a. Maria Encarnação Beltrão Sposito e financiada pela FAPESP. Tal pesquisa faz parte de um projeto maior do GASPERR (Grupo Acadêmico "Produção do Espaço e Redefinições Regionais"), com apoio financeiro da mesma fundação, intitulado "Urbanização Difusa, Espaço Público e Insegurança Urbana".

I - Introdução:

Esta pesquisa teve como objetivo contribuir para o estudo da fragmentação urbana, em cidades médias, a partir da análise das práticas socioespaciais dos sujeitos que vivenciam a segregação. O recorte recaiu sobre o bairro Jardim Morada do Sol, no município de Presidente Prudente – SP, onde o fenômeno da segregação socioespacial encontra-se bem evidenciado pela existência de loteamentos implantados pelo governo municipal que se encontram a uma distância muito grande da cidade e, sobretudo, das áreas de maior concentração de comércio e prestação de serviços, destinados a segmentos de baixo poder aquisitivo.

Tomamos como referência analítica o conceito de segregação socioespacial, pois, por meio dele, podemos analisar o fenômeno em suas repercussões e interações sociais e espaciais, formando um movimento dialético que resulta em expressões que refletem a dinâmica da produção do espaço e em condições determinantes deste processo.

A pesquisa baseou-se em análise da bibliografia, que foi fundamental para sua realização. Entretanto, do ponto de vista dos dados necessários à pesquisa, foram utilizadas entrevistas-depoimentos junto aos moradores do bairro, objetivando avaliar, sobretudo, as práticas socioespaciais realizadas no espaço urbano de Presidente Prudente. A verificação de articulações socioespaciais entre o loteamento e o restante da cidade, efetivadas ou não pelos moradores do Jardim Morado do Sol, foram aspecto valorizado na elaboração do roteiro.

Foram realizadas entrevistas tomando-se como objetivo a análise qualitativa dos depoimentos e não o tratamento estatístico das informações obtidas. Observamos,

também, os percursos urbanos dos moradores, para se avaliar o grau de mobilidade deles, bem como o nível de acessibilidade que têm ao conjunto da cidade ².

Além da discussão e revisão bibliográfica, produzimos registros fotográficos bem como de representações cartográficas do bairro estudado e de equipamentos urbanos de consumo coletivo utilizados pelos moradores (áreas de lazer, estabelecimentos de ensino, comércios e serviços), buscando estabelecer correlações referentes ao padrão de renda/consumo e o uso específico de determinados equipamentos urbanos.

Ao final, esta pesquisa, resultou em uma monografia de bacharelado em geografia, defendida em Dezembro de 2008.

II. O Espaço Produzido e a Segregação:

Morar é uma necessidade básica do ser humano. Desde tempos remotos, uma das nossas principais preocupações é um “abrigo”, que represente um lugar seguro para o descanso e a vida familiar, além de nos proteger das intempéries. Foi esta preocupação que levou o homem pré-histórico a se refugiar em cavernas e, posteriormente, abandonar hábitos nômades, pois a fixação em dado território oferecia maior segurança e certa “estabilidade”. Morar, assim como vestir-se e se alimentar é uma das necessidades básicas dos indivíduos, “historicamente mudam as

² Para o desenvolvimento deste procedimento metodológico tomamos como referência a tese de doutorado de Pereira (2006).

características da habitação, no entanto sempre é preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço” (RODRIGUES, 1988)³.

Basta-nos andar pelas cidades para observar as características das moradias, dos serviços e de infra-estruturas diferentemente distribuídos sobre o território, podendo-se, assim, ter uma noção de parte das determinantes do processo de segregação socioespacial. Tal padrão de diferenciação independe dos diferentes tempos de ocupações; na cidade, o principal determinante para se usufruir ou não de espaços dotados de serviços e infra-estrutura é o poder aquisitivo: quem possui recursos econômicos limitados vive a dita “crise habitacional”. Se você não tem como se alimentar, há a possibilidade de pedir um prato de comida ou, igualmente, pedir uma roupa velha; mas não há como pedir uma casa emprestada, exceto para amigos e familiares (RODRIGUES, 1988). O alimentar-se e se vestir é um fazer diário e até mensal (muitas vezes, como no caso da vestimenta), mas o morar é constante:

A moradia não é fracionável em partes que possam ser ‘vendidas’ ao longo do dia, da semana ou mesmo do mês. É possível aos ‘despossuídos’ – aqueles que não podem pagar – ‘pedir’ uma casa velha para morar? Ir ao ‘fim’ de feira, coletar restos de legumes, verduras e frutas, etc. e pedir ‘emprestado uma cozinha’ numa casa qualquer para cozinhar? A infracionabilidade da casa é um aspecto importante do morar (RODRIGUES, 1988, p.14).

Ainda que o acesso à moradia seja uma necessidade básica, o processo de produção do espaço urbano e os interesses que circunscrevem esse processo não se pautam por esses parâmetros. O circuito financeiro, os incorporadores, os corretores e

³ RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988. p. 11.

os proprietários fundiários manipulam o meio-ambiente construído, extraem renda urbana e realizam lucro, ao estabelecerem preços de terras e organizarem o espaço urbano para consumo coletivo; a ampliação maciça da mais-valia (absorvida na reprodução da força de trabalho e das relações sociais de reprodução) reflete-se na crescente intervenção direta na produção do espaço urbano, numa sociedade cada vez mais urbanizada, cada vez mais monopolista e global. Intensificou-se maciçamente a concentração de capital nos países desenvolvidos, criaram-se pressões em prol de investimentos em infra-estrutura, habitação, serviços e métodos para o controle social; sempre objetivando reorganizar o espaço e os sistemas urbanos, à vista de acumulação de capital e gestão da inquietação social (SOJA, 1993)⁴.

Após a 2ª Guerra Mundial, “as relações sociais e espaciais que organizavam a produção e reprodução, além de conflitos e lutas advindos dessas relações, passaram a ser canalizados, absorvidos e administrados pelo Estado” (SOJA, 1993, p. 220). Então, este, parceiro do circuito financeiro, passou a ter um papel ainda mais marcante na produção do espaço urbano, acentuando ou redefinindo a distribuição e gestão de equipamentos e serviços públicos, como o abastecimento de água, luz, esgoto, transporte coletivo, coleta de lixo, espaços de lazer, bem como serviços de saúde, educação e assistência social, etc.

Não há correlação direta entre o padrão das infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos e a demanda demográfica que há por eles em cada parcela da cidade.

⁴ SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas: a Reafirmação do Espaço na Teoria Social**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. p.120-126.

Procurando-se estabelecer relações entre as idéias dos autores e nossa área de pesquisa, o leitor poderá observar na foto 7, a área de lazer em implantação no loteamento estudado, que já está ocupado há vários anos e se encontra bastante afastado do restante da cidade, o que, em si, já potencializa a demanda por espaços desse tipo.

A desigual distribuição dos meios de consumo coletivo também resulta nos diferentes preços das terras urbanas, como expressão das dinâmicas de produção social da cidade. Muitos loteamentos são colocados à venda sem nenhuma ou pouca infra-estrutura, assim os moradores têm que se organizar e lutar pela mesma (RODRIGUES, 1988)⁵.



Foto 7: área de lazer em construção

Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2007.

⁵ As formas de organização reivindicatórias de maior participação popular deram-se no início do loteamento, a fim de lutar por água encanada, rede de distribuição de energia elétrica, rede de coleta de esgoto, linha de ônibus que servisse o bairro e passe-escolar aos alunos. (Fonte: entrevistas parciais com a liderança do bairro, 2007).

Este foi o caso do loteamento estudado, pois os primeiros moradores enfrentaram as dificuldades decorrentes dele não ter infra-estrutura básica como água, luz, esgoto e coleta de lixo, como se pôde observar nos depoimentos de entrevistados, alguns entre os moradores mais antigos do bairro.

“No início não havia esgoto, tinha um buraco no banheiro; a água era servida com uns baldes que eram cheios por caminhões da prefeitura; pouco tempo depois chegou água, esgoto e energia elétrica. Há aproximadamente cinco anos as ruas foram pavimentadas e começou a coleta de lixo.” (Comerciante, 76 anos).

“Quando cheguei ao bairro não havia esgoto, já tinha energia elétrica e água encanada; faz tempo que chegou o asfalto; a coleta de lixo é um dia sim, outro não.” (Dona-de-casa, 45 anos).

“Não tinha esgoto, a privada era um buraco, a água demorou a chegar, a energia elétrica demorou mais ainda; fazem uns 3 ou 4 anos que chegou o asfalto, quando chovia era uma lama só... Era lixo para todo canto, tinha podridão para todo lado. Formavam um bloco de gente para ir até a prefeitura, mas eu não acho certo fazer aquela gritaria, sou muito reservada, nunca fui disso.” (Idosa, 76 anos).

Esses depoimentos ajudam a entender porque muitos entre os primeiros moradores não permaneceram no loteamento. Aqueles que, de alguma forma, conseguiram meios de morar em outra área, pelo menos um pouco melhor servida que esta saiu do Jardim Morado do Sol. A foto 8 ilustra casa cuja construção foi iniciada e que não foi sequer ocupada, denotando a ocorrência de famílias que não permaneceram no bairro e a foto 9 ilustra a prática corrente de jogar lixo em lotes vazios, desde os primeiros anos do loteamento.

Provavelmente, o conhecido estigma que acompanha a imagem desse bairro, conhecido como “Quilômetro 7”, tenha se originado nesta época, e advenha da paisagem que se apresentava. Muitas casas eram feitas de restos de materiais e se constituíam em verdadeiros “barracos”, pois os primeiros moradores tiveram apenas 90 dias para construir um embrião de casa no lote e muitos, mesmo depois, não possuíam condições financeiras para a construção de residências de alvenaria. Além disso, há o fato de que as características relativas à ausência de infraestrutura, provavelmente assustava os cidadãos que passavam pela estrada, acostumados com a “limpeza” do centro da cidade, então (re)criada pelo poder público ao “esconder” a população pobre com a implantação de loteamentos populares a grandes distâncias do centro. Cabe ressaltar que o loteamento foi implantado a fim de alojar moradores oriundos do desfavelamento, objetivo central do “Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados” (SILVA, 2005)⁶, sendo esse outro forte indício para o surgimento desse estigma; pois os cidadãos tinham em seu imaginário uma população “favelada” residente no bairro. Os depoimentos que se seguem ilustram a imagem que se associou ao bairro, o estigma que acompanha seus moradores e as dificuldades que enfrentam cotidianamente:

“Eles falam: ‘Fulano de tal mora no Morada do Sol’... O bairro é mal falado, eles acham que aqui só tem crime e roubo; tem gente boa aqui, a gente não escolheu, mas tem necessidade de morar, né?” (Idosa, 76 anos).

⁶ SILVA, Rones Borges. **Segregação e/ou integração: o “Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados” em Presidente Prudente**: [s.n.], 2005.

“Por um lado tem preconceito, por outro não: chamam o bairro assim por ser longe do centro, também por ouvirem coisas que difamam o bairro, pois antigamente era barra pesada, tinha tiros. Por outro lado, é só por ouvirem chamar de “Km 7” que as pessoas continuam chamando, sem saber de nada.” (Estudante, 19 anos).

” Ah! A distância... Tudo é difícil aqui: polícia, ambulância até caminhão de gás, se o gás acabar, pode ligar, sentar e esperar, porque vai demorar a chegar.” (Desempregado, 52 anos).



*Foto 8: Residência erguida por autoconstrução e não ocupada
Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2007.*



Foto 9: Lixo espalhado pelos terrenos vazios, prática que persiste desde a origem do loteamento.

Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2007.

Um ponto a destacar é o relativo às autoconstruções, verificadas quase que na totalidade do loteamento, prática comum entre os trabalhadores com baixa renda, ocupando seus fins-de-semana e parte das férias com a construção de suas moradias. As fotos 8 e 9 também servem como exemplos do padrão de autoconstrução presente no Jardim Morada do Sol. Essas construções, muitas vezes estendem-se por anos devido à restrita quantidade de horas e de dinheiro disponíveis para tal atividade. Muitos depósitos de construção presentes nos próprios bairros financiam o pagamento de materiais. Esta é uma alternativa muito comum para se resolver o problema de moradia nas grandes cidades brasileiras e, de modo geral, na América Latina.

Geralmente, parte das férias é retirada em dinheiro, somando-se à retirada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para aplicação na construção

(RODRIGUES, 1988, p. 29-34). Atualmente, com a expansão do trabalho informal e do autônomo, têm-se dificultado, ainda mais, a autoconstrução devido à ausência do fundo e de certa “estabilidade” financeira, uma vez que, agora, o trabalhador depende única e exclusivamente da quantidade de horas trabalhadas, independentemente de suas condições de saúde. Como pode se observar no trecho de entrevista abaixo:

Pesquisadora: *“Se pudesse, em qual local gostaria de morar?”*

Entrevistado: *“Iria para um lugar que tem praia para poder trabalhar, vender algumas coisas... Bebidas ou comidas.”*

(...) “Não paro para pensar em mim, só na minha família, ligo tudo para lá, fisioterapia... Tudo! Preciso cuidar deles, andando ou não, eles precisam de mim”.

(...) “Os desafios são todos os possíveis, por causa da cadeira. Às vezes acho que se não fosse isto eu já estaria nas drogas ou na bebida, tem dia que dá um desânimo tão grande, vontade de fugir, de sumir... A responsabilidade é muito grande, com filhos e mulher, querer dar uma vida melhor pra eles e não poder, antes eu trabalhava de sol a sol, de segunda a segunda... Era difícil, mas eu tinha mais chance. Fico pensando uma alternativa, mas quem vai dar emprego para um cadeirante? Antes já era difícil, agora muito mais”. (Deficiente físico, 37 anos).

O fato de o trabalhador depender mais da quantidade de horas trabalhadas influencia toda sua vida, uma vez que aumenta a preocupação de trabalhar cada vez mais, a fim de suprir os gastos da família, o que, na maioria das vezes, impede-o de poupar dinheiro para eventuais dificuldades.

Além de se ocuparem com suas construções, os moradores despendem muito tempo para reivindicar melhores condições de vida, o que, por outro lado, acarreta na elevação do preço das terras, beneficiando os proprietários das terras vazias. A “ideologia da casa própria”, entendida como a busca dos trabalhadores por diminuir

seus custos mensais, eliminando o de morar, faz com que, após a aquisição da residência, diminuam suas reivindicações.

A autoconstrução reproduz – ao produzir casas em lugares sem infraestrutura e com um sobre-trabalho individual – as condições gerais de reprodução do espaço urbano. Onde é possível morar, de que modo é possível morar, definindo e redefinindo o lugar de cada um na cidade.

A autoconstrução também é uma reivindicação dos sem terra/casa, que buscam, com enorme sacrifício, obter um teto para morar. A autoconstrução produz um valor de uso que tem também um valor de troca. A produção de uma casa dilapida ainda mais os trabalhadores, mas se constitui numa das poucas alternativas para morar. (RODRIGUES,1988, p.34).

Santos (1978)⁷ afirma que, para diversos autores modernos e clássicos, “o espaço é apenas um reflexo da sociedade, numa tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem”. Ou seria como considera Lefèbvre em seu livro *Direito à cidade*⁸ “a cidade é a projeção da sociedade sobre o terreno”? Sposito (1983)⁹ afirma que o solo é produzido pela natureza, mas o espaço urbano é um produto social, que resulta do trabalho coletivo desta sociedade, através do tempo (p.213-214). Estudar a Geografia Urbana é “assimilar a história da produção e a história do espaço humano em uma história só, a da sociedade (...)” neste caso, urbana (Santos, 1978, p. 196).

A produção do espaço urbano é realizada não somente por agentes públicos (o Estado), mas também pelos privados (como o proprietários fundiários, os

⁷ SANTOS, Milton. **A Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

⁸ LEFÉBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

⁹ SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em Presidente Prudente: A lógica da Expansão Territorial Urbana**. Rio Claro: [s.n.], 1983. (Dissertação de mestrado em geografia).

incorporadores, os construtores, os corretores) e pelos compradores ou locatários dos lotes ou imóveis neles edificadas (investidores ou futuros moradores).

As características das edificações dependerão – assim como o tamanho dos lotes e o próprio loteamento, (...) – da capacidade de pagar dos moradores. As diferentes características mostram a diversidade do processo de “construção” da casa e da cidade. Mostram as classes sociais na cidade e da cidade. (RODRIGUES, 1988, p. 29).

A cidade desempenha papel de centro de produção e acumulação industrial, mas também de ponto de controle de reprodução da sociedade capitalista como centro de força de trabalho, troca e de padrão de consumo, sendo utilizada pelas classes dominantes para a organização e reorganização do espaço urbano para benefício do capital.

“A intensificação do uso da terra no centro urbano redefiniu a forma da cidade e instigou uma ordenação social e espacial notável – mas opaca – da vida urbana. Algumas tecnologias adaptativas de transporte e condução (por exemplo, as ferrovias e os elevadores) aceleraram essa intensificação”. (SOJA, 1993, p.118; 215).

Sposito (1983, p. 217 e 220) explica que, em função das formas segundo as quais o espaço urbano de Presidente Prudente foi produzido (igualmente a outras cidades capitalistas), mecanismos e processos determinaram o consumo desta cidade, efetivando o “espaço urbano produzido”. Esse “produzido” manifestou-se numa tendência à acentuação da segregação social no espaço, com a progressiva valorização de algumas áreas em detrimento de outras, promovendo um “afastamento espacial dos extratos sociais de renda mais baixa”, sobretudo a partir dos anos de 1970. Assim, “o *chão* [grifo original] urbano vai sendo valorizado, o que vale dizer

segregado socialmente. É a produção e distribuição desigual do urbano” (SPOSITO, 1983, p. 222).

Segundo Santos (2002, p. 247)¹⁰ “os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos”, possuindo rentabilidade maior ou menor de acordo com “condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral)”.

Existe uma ideologia dominante que acusa o trabalhador de todas as suas dificuldades de acesso às adequadas condições de vida urbana. Constantemente ouvimos as pessoas dizerem que “perderam” seus empregos ou ainda não “conseguiram” uma propriedade; sem avaliação das condições que não permitiram a aquisição de um imóvel ou, ainda, a situação econômica que gera o desemprego.

O domínio da produção é hoje uma arena onde o ideológico procura impor-se cada vez mais brutalmente como uma necessidade de sobrevivência do sistema. Desde que o ato de produzir é também o ato de produzir espaço, a gênese deste se realiza sob o signo da ideologia, desde que a criação mercantil do espaço é em si mesma um jogo especulativo, um ato enganador. O *marketing* [grifo original] do espaço impõe o engano como se fosse a verdade. (SANTOS, 1978, p. 216).

O capital movimenta-se geograficamente, em todas as escalas espaciais, buscando continuar explorando oportunidades de desenvolvimento (SMITH, 1988, p.

¹⁰ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos).

213)¹¹. O que se observa é uma busca por uniformidade, a serviço dos atores hegemônicos, sem que se alcance a verdadeira cidadania, devido ao culto ao consumo e à competição exacerbada, reflexo de uma globalização perversa, segundo a qual tudo possui valor de troca. De um lado, multiplicam-se as percepções fragmentadas e de outro a noção do “global” como único. (SANTOS, 2007, p. 19-20; 44-45)¹².

Essas contradições puderam ser percebidas por nós, ao realizarmos as entrevistas transcritas neste trabalho, pois nos deparamos com uma individualidade exacerbada:

“Não recebemos visitas, uma vez a cada dois ou três anos meu sogro vem nos visitar, não somos de ter amigos - sou só eu e minha família - a gente não gosta de ficar na casa dos outros nem ninguém aqui em casa.” (Comerciante, 76 anos).

“Aqui a gente não pode confiar em ninguém, as pessoas são ‘mão leve’¹³, a gente tem de ser honesto, se tem têm, se não tem não vai roubar.” (...) “As relações de amizade são péssimas, não dá para contar com ninguém, está mais fácil a gente ajudar do que pedir ajuda, se visitam nossa casa ficam de ‘zóio grande’”. (Desempregado, 52 anos).

O apelo desenfreado ao consumo, somado às exigências de uma vida com recursos financeiros limitados, faz com que o trabalhador não tenha tempo e, na maioria das vezes, dinheiro, para se preocupar ou organizar o uso de seu tempo, de modo a ter momentos de lazer, nos quais poderia passear ou fazer algo que lhe desse prazer.

¹¹ SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

¹² SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único a Uma Consciência Universal**. 6ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2007.

¹³ Referindo-se aos furtos.

Levemos em conta os apelos consumidores e observaremos que televisão faz-se de canal, apresentando-se, sobretudo, como uma constante estratégia do capitalismo. A pessoa é o que ela consome. Nos países subdesenvolvidos, isto se apresenta como “uma forma de exclusão social que é fundamental: a exclusão econômica.” (SINGER, 2000, p. 63)¹⁴.

“Eu visito sempre o Jardim Santa Mônica para visitar minha mãe ou a Praça Nove de Julho; minha mulher também visita sempre o Calçadão e o Camelô, mas eu não visito porque não se não tenho dinheiro pra comprar prefiro não ir, do que passear vendo as vitrines e passar vontade”. (Desempregado, 52 anos).

Depoimentos como os que foram transcritos neste capítulo, ofereceram-nos elementos para apreender como a segregação é percebida, vivida e reproduzida pelos entrevistados, tanto no plano objetivo como subjetivo. A distância das áreas melhor equipadas, a estigmatização a que estão submetidos, os medos que se sentem e as precárias condições de vida urbana do Jardim Morada do Sol compõem esse quadro de dificuldades que vivem as pessoas submetidas ao processo de segregação.

¹⁴ SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

III – Bibliografia consultada:

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos Urbanos: Mobilidade Espacial, Acessibilidade e o Direito à Cidade**. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

LEFÉBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

SANTOS, Milton. **A Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos).

_____. **Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único a Uma Consciência Universal**. 6ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, Flávia Cristine da. **Segregação Socioespacial em Presidente Prudente/SP**. Presidente Prudente: [s.n.], 2008.

SILVA, Rones Borges. **Segregação e/ou integração: o “Programa de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados” em Presidente Prudente**. Presidente Prudente: [s.n.], 2005.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas: a Reafirmação do Espaço na Teoria Social**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em Presidente Prudente: A lógica da Expansão Territorial Urbana**. Rio Claro: [s.n.], 1983.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.